



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

386

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009452-35.2013.8.17.0000 (0314022-1)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: JEANE CARLA DE MEDEIROS MARTINS

RECORRIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART 121, § 2º, I E IV, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). INCONFORMISMO MANIFESTADO PELA DEFESA, ALMEJANDO A IMPRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO NO CRIME ATRIBUÍDA A RECORRENTE. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO TRIBUNAL DO JÚRI E *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Havendo prova da materialidade do fato e indícios suficientes de autoria/participação não há que se cogitar em impronúncia.
2. A resolução da dúvida existente acerca da participação da recorrente no homicídio caberá ao Tribunal do Júri, que é competente, por expressa disposição constitucional, para avaliar o fato, o contexto e os demais elementos de prova, optando pela vertente que lhe parecer mais verossímil.



307

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0314022-1 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia do Juízo *a quo*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de *Julho* de 2014 .



DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI  
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0009452-35.2013.8.17.0000 (0314022-1)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: JEANE CARLA DE MEDEIROS MARTINS**

**RECORRIDO: JUSTIÇA PÚBLICA**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Jeane Carla de Medeiros Martins** contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Itapetim, que a pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

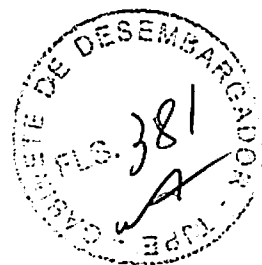
Consta na denúncia que no dia 15 de março de 2008, por volta das 21h, na Rua Clístenes Leal, Centro, no município de Itapetim-PE, a denunciada, em comunhão de esforços e desígnios com seu irmão J.J.M.M., menor de idade, concorreu para que este, mediante utilização de um punhal, desferisse violentos golpes contra a vítima Ana Valéria da Silva, que não veio a falecer por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.

Narra a peça acusatória que, na data do fato, José Martins Alves, genitor da denunciada e do menor J.J.M.M., que mantinha relacionamento amoroso não aprovado pelos filhos com a vítima, estava em frente à casa desta, com seu neto Diogo, filho da denunciada, quando o menor J.J.M.M. chegou ao local para levar o filho de sua irmã de volta à cidade de Teixeira-PB, posto que o avô havia saído com o menor, para este Estado, sem o consentimento da mãe.

Tem-se que ao chegar, dirigindo um fusca, e se aproximar da frente da casa da vítima, o menor foi questionado pelo genitor, sobre o que faria ele neste município, tendo o menor respondido que teria vindo tirar a prova de que seu genitor estava na casa da amante, embriagado e, ainda, com o neto menor. Que em face disso se iniciou uma discussão entre o menor e o seu genitor, com ofensas recíprocas até que o genitor indagou ao menor se ele já havia conseguido o que queria, o que ainda estaria fazendo ali. Que o menor ficou calado e nesse momento parou um Fiat Uno, ocasião em que o menor afirmou que além dele outros também tirariam a prova, momento em que a denunciada Jeane desceu do carro dizendo para a vítima: "Eu vim acabar com você...", momento em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



que passou a agredir a vítima, derrubando-a no chão, instante em que seu genitor a segurou pelos cabelos, ocasião em que o menor começou a apunhalar a vítima. Que as agressões só cessaram quando uma vizinha se aproximou, momento em que a denunciada e o menor deixaram o local.

Consta que, embora os golpes tenham sido proferidos pelo menor, evidencia-se que este aguardou a chegada da denunciada, para juntos porem em prática o delito contra a vítima.

Verifica-se dos autos que o crime foi motivado por vingança, pelo inconformismo da denunciada e do menor, com o relacionamento amoroso mantido pelo genitor com a vítima. Tem-se, ainda, que o crime foi cometido de forma a impossibilitar a defesa da vítima, que foi derrubada pela denunciada e, de forma cruel, apunhalada em várias partes do corpo pelo menor.

Após regular instrução do feito, a acusada foi pronunciada como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (fls. 322/324).

Inconformada com a decisão, a defesa interpôs o presente recurso (fls. 335/343), pugnando que seja operada a impronúncia, ante a ausência de indícios de que a recorrente tenha participado do crime.

O Ministério Público, em sede de contrarrazões (fls. 365/370), pugna pelo não provimento do recurso.

Na oportunidade do juízo de retratação, a magistrada manteve integralmente a decisão de pronúncia (fl. 364).

A Procuradoria de Justiça, em parecer (fls. 374/377), opina pelo provimento do recurso, ante a ausência de indícios suficientes de autoria delitiva atribuída à recorrente.

É o Relatório.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 20 de maio de 2014.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator

388



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009452-35.2013.8.17.0000 (0314022-1)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: JEANE CARLA DE MEDEIROS MARTINS

RECORRIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Jeane Carla de Medeiros Martins** contra decisão que a pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Inconformada com a decisão, a defesa interpôs o presente recurso (fls. 335/343), pugnando que seja operada a impronúncia, ante a ausência de indícios de que a recorrente tenha participado do crime.

Conforme dispõe o art. 413 do Código de Processo Penal, a pronúncia, por se tratar de decisão meramente declaratória, necessita apenas da prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria. Ao Conselho de Sentença, por sua vez, cabe dirimir a dúvida, em respeito ao princípio *in dubio pro societate*, que vigora nesta fase processual e, também, ao princípio da soberania do Tribunal do Júri para decidir sobre crimes dolosos contra a vida.

No caso *sub examine*, a materialidade está comprovada pelo auto de exame de lesão corporal de fl. 18 e pelo auto de exame complementar de fl. 116.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

No que tange à participação no delito, embora negada pela recorrente, infere-se que as provas colhidas até o presente momento consubstanciam-se em indícios suficientes para submetê-la a julgamento popular.

Segundo a tese acusatória, a recorrente, em comunhão de esforços e desígnios com seu irmão **J.J.M.M.**, menor de idade, concorreu para que este, mediante utilização de um punhal, desferisse violentos golpes contra a vítima **Ana Valéria da Silva**, que não veio a falecer por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.

Por sua relevância, transcrevo trecho das declarações da vítima, prestadas em sede judicial (fls. 202/203):

*"(...) que, na época dos fatos, a depoente mantinha relacionamento amoroso com o genitor da acusada, possuindo um filho menor de dois anos com o mesmo, não possuindo atualmente relacionamento íntimo com o mesmo; que conhecia a ré e o irmão da mesma da cidade de Teixeira, onde já residiu (...) que soube através de sua genitora que, enquanto Jonas golpeava a depoente, o genitor da ré prendia esta agarrando pelos cabelos; (...) que, além da primeira perfuração nas costas e do corte na mão esquerda, foram ocasionadas pelas facadas de Jonas outras duas perfurações nas costas, uma perfuração no braço esquerdo, uma perfuração do lado esquerdo do abdômen, uma perfuração do lado direito do abdômen, um corte na nuca, bem como uma perfuração no alto do seio esquerdo e outra no mamilo do seio direito (...) que ouviu quando a ré chegou, a mesma dizer que teria vindo para 'quebrar sua cara', não se recordando de outras frases que a ré teria proferido; (...) "*

Bem assim, a genitora da vítima, Sra. **Antônia Apolinária da Silva**, relatou, em juízo, *"que Jonas começou a golpear a vítima assim que esta caiu ao chão após a ré puxar o cabelo da vítima (...)"* (fls. 203/203v).

Por sua vez, o genitor da ré, Sr. **José Martins Alves**, ao prestar declarações à autoridade policial, confirmou que a ré empurrou a vítima antes do adolescente J.J.M.M. passar a desferir vários golpes de faca contra a mesma (fl. 176).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

É sabido que a pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação (juízo fundado de suspeita), pelo qual o acusado é submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, seu juízo natural. Seu implemento prescinde de prova inequívoca de autoria, sendo suficiente, portanto, a existência de meros indícios.

Assim, para que se prolate decisão de pronúncia, é suficiente, como no caso em apreço, a comprovação da materialidade, bem como a presença de indícios de autoria, pois, mesmo pairando dúvidas, não há que se falar em impronúncia. Basta o conflito para viabilizar o *jus accusationes*. Como se sabe, nesta fase procedimental, as dúvidas resolvem-se em favor da competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri, em detrimento do brocardo jurídico *in dubio pro reo*.

Nesse sentido:

*EMENTA: CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE SUSPEITA. LEGALIDADE DO DECISUM. IMPROPRIEDADE DA PLEITEADA IMPRONÚNCIA, COM BASE EM TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO-CONSIDERAÇÃO DA RETRATAÇÃO DA VÍTIMA, QUANTO AO RECONHECIMENTO DO RÉU. (...) ORDEM DENEGADA. I. Somente quando evidente a inexistência de crime ou a ausência de indícios de autoria - em decorrência de circunstâncias demonstradas de plano e estreme de dúvidas - pode o julgador julgar improcedente a pretensão punitiva, impronunciando o réu, sendo que eventuais dúvidas sobre tais circunstâncias deverão ser dirimidas apenas pelo Tribunal do Júri. A exposição, pelo Julgador monocrático, de consistente suspeita jurídica da existência do delito, assim como da possível participação do paciente no mesmo, com base nos indícios dos autos, já legitima a sentença de pronúncia. (...) VI. Ordem denegada. (STJ, HC 14.130/RJ, Quinta Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp, DJ 27/08/2001)*

Dessa forma, no caso *sub examine*, a resolução da dúvida existente acerca da participação da recorrente na tentativa de homicídio caberá ao Tribunal do Júri, que é competente, por expressa disposição constitucional, para avaliar o fato, o contexto e os demais elementos de prova, optando pela vertente que lhe parecer mais verossímil, para proferir o julgamento de mérito.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

---

Assim, sem adentrar no mérito da causa, vislumbrando apenas a existência de indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime, entendo que deve ser mantida a decisão do Juízo de primeiro grau que pronunciou a ré.

Posto isto, o meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 1º de julho de 2014.

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator